

**ROSANE LIMA TRINDADE**

**OS SERVIÇOS AO PRODUTOR: A DECISÃO POR SUA LOCALIZAÇÃO E SUA  
DINÂMICA DE EMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR.**

**SALVADOR**

2003

**ROSANE LIMA TRINDADE**

**OS SERVIÇOS AO PRODUTOR: A DECISÃO POR SUA LOCALIZAÇÃO E SUA  
DINÂMICA DE EMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR.**

Monografia apresentada no curso de graduação de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Ihering Guedes Alcoforado de  
Carvalho

**SALVADOR**

2003

À minha família, que demonstrou confiança em mim ao longo de todos esses anos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me dar forças para seguir até o final.

Ao Prof. Ihering Guedes Alcoforado de Carvalho, pela paciência e atenção dispensadas, fundamentais para a conclusão do meu trabalho monográfico.

Ao Prof. Lielson Coelho, pela compreensão e palavras de incentivo.

Aos professores da Banca Examinadora, Prof. Paulo Henrique de Almeida e Prof. Lívio Andrade Wanderley, pela disponibilidade de ler a monografia.

Aos professores da Faculdade de Ciências Econômicas, pelo convívio enquanto pessoas, vencendo a distância existente entre professor e aluno.

Aos funcionários da Faculdade de Ciências Econômicas, que contribuíram, cada um ao seu jeito, para o alcance do meu objetivo.

Aos colegas de classe: Cínara, Gabriela, Luciano, Roberta, Lorena, pela interação no dia-a-dia em busca da superação das dificuldades.

E, em especial, à amiga Meire Jane, pelo apoio constante nos momentos mais difíceis.

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo expor um panorama do comportamento do setor de atividade econômica chamado de terciário face à situação econômica da Região Metropolitana de Salvador, levando em consideração as mudanças estruturais significativas ocorridas na economia brasileira como um todo. São temas abordados neste trabalho a decisão pela localização dessas empresas para a garantia de um maior lucro para os empresários e uma maior facilidade de acesso a estes serviços pela população com vistas a reduzir custos para aquisição do serviço desejado, assim como a dinâmica de emprego existente nesta Região e qual o desempenho deste setor frente ao crescente índice de desemprego. E a conclusão a que se chega é que o setor terciário está sendo o responsável pelo não agravamento da situação do desemprego na Região, mas seus postos de trabalho observados exigem menor qualificação do seu funcionário e oferecem ainda menor remuneração pela sua atividade.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>07</b>
<b>2</b>	<b>O PAPEL DO SETOR SERVIÇOS NA LITERATURA ECONÔMICA</b>	<b>09</b>
	CONSIDERAÇÕES GERAIS	09
	CLASSIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PELOS ECONOMISTAS TEÓRICOS	11
	DEFINIÇÕES OPERACIONAIS	19
<b>3</b>	<b>OS SERVIÇOS A PARTIR DE SUA LOCALIZAÇÃO: A TEORIA DOS LUGARES CENTRAIS DE CHRISTALLER</b>	<b>21</b>
	CONSIDERAÇÕES GERAIS	21
	A TEORIA DOS LUGARES CENTRAIS	24
<b>4</b>	<b>EXPLICAÇÕES PARA O CRESCIMENTO DO SETOR TERCIÁRIO, PRINCIPALMENTE NO RAMO DE SERVIÇOS LIGADOS À PRODUÇÃO</b>	<b>32</b>
	CONSIDERAÇÕES GERAIS	32
	A CORRENTE PÓS-INDUSTRIALISTA	32
	A CORRENTE DO CRESCIMENTO “ESPÚRIO”	34
	OUTRAS ABORDAGENS SOBRE O CRESCIMENTO DO SETOR TERCIÁRIO	35
	A DINÂMICA DE EMPREGO	36
	A REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR	40
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>45</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>48</b>

# 1 INTRODUÇÃO

O processo de recuperação gradual da atividade econômica, dada a crise do emprego que o país atravessa, tem sido acompanhado de grande dispersão setorial. Essa dispersão é decorrência tanto do fato de que o ciclo de desaquecimento e recuperação da atividade afetou de forma diferenciada os diversos setores da economia, como do fato de que ocorreram mudanças estruturais significativas na economia brasileira após a abertura e a estabilização econômica.

E, com essas mudanças, o setor serviços tem crescido surpreendentemente. E a essa expansão do consumo de serviços, tanto final como principalmente empresarial, está relacionado o crescimento da complexidade das situações de consumo, a exigência da redução do risco e da incerteza e as mudanças nos ambientes e condições demográficas e culturais. O que se quer dizer com isso é que o leque de bens e serviços está cada vez mais diversificado principalmente por causa da tendência à integração dos produtos e pela mudança na estrutura etária; com relação à redução de risco, o que se observa é a demanda crescente por serviços de seguros em geral e segurança pública e privada.

Ele cresce porque há uma complexidade crescente tanto interna como externa: *interna* de natureza científica e tecnológica dos processos de produção de bens e serviços porque eles são cada vez mais integrados e coordenados e existe uma flexibilidade maior dos processos de produção e do produto; *externa* do meio ambiente de natureza técnica e física porque as empresas precisam acompanhar a inovação acelerada (ISO9000), construir sistemas de informação e de comunicação, levar em conta as modificações do meio ambiente (ISO14000); de natureza econômica devido à internacionalização (pois para vender no mundo tem que comprar serviços), à fragmentação e segmentação e à resposta da concorrência (comportamento); de natureza social devido aos nichos e personalização, e individual devido à legislação de proteção ao consumidor.

Enfim, o ramo de serviços cresce por causa do maior controle da incerteza e do risco devido à aceleração do progresso técnico que faz muita pressão por causa da globalização e da terceirização. Esta última visa dinamizar a produtividade da empresa; pois, uma vez

terceirizadas as atividades secundárias do ponto de vista da eficiência, delegando-as a empresas específicas dessas atividades, o empresário toma a posição de regente do seu processo produtivo, que agora vai estar mais concentrada na criação do seu produto final.

Esse trabalho objetiva evidenciar a grande participação do ramo de serviços ao produtor, na geração de empregos, assim como mostrar seu papel de mobilizador dos processos de reestruturação tecnológica industrial em curso, analisando as transformações no mercado de trabalho ocorridas na década de 90 e como estas transformações influenciaram a economia da Região Metropolitana de Salvador.

Ele será composto desta introdução e de mais quatro partes explicativas, visando proporcionar o máximo entendimento do assunto.

Numa primeira etapa, será apresentada uma revisão das considerações feitas pelos teóricos de cada escola, com o propósito de evidenciar a evolução das idéias econômicas até a visão mais moderna dos estudiosos em economia, chegando à conclusão de que o setor serviços tem capacidade de dirigir a economia de um país.

E dando prosseguimento a esse estudo, pretende-se mostrar a capacidade explicativa da Teoria dos Lugares Centrais (CHRISTALLER) para a localização e dinâmica dos serviços ao produtor e como as novas correntes do desenvolvimento local associam aos serviços empresariais as condições necessárias ao desenvolvimento.

Num terceiro momento, serão abordadas a relevância e dinâmica do setor no que tange os aspectos acima citados, ou seja, com base em análises de sua participação crescente na economia e a maneira pela qual ele ganha importância no incremento da economia. Nesta etapa constará a análise dinâmica do setor serviços na Região Metropolitana de Salvador, ressaltando os serviços ao produtor, sua evolução no processo produtivo, e seu potencial em comandar uma reestruturação tecnológica.

Numa quarta e conclusiva parte do trabalho, o objetivo é de traçar um esboço de política de desenvolvimento local, fundada na potencialização dos serviços ao produtor, fechando, assim, a discussão sobre esse estudo.



# 1 O PAPEL DO SETOR SERVIÇOS NA LITERATURA ECONÔMICA

## CONSIDERAÇÕES GERAIS

A internacionalização das relações de mercado está revelando transformações importantes na estrutura produtiva da sociedade, a qual requer uma nova base produtora de serviços. Logo, o setor serviços vem assumindo uma grande relevância na organização da sociedade pós-industrial impondo seu lugar na economia atual, não só como gerador de emprego, mas principalmente como alavancador do processo de estruturação. Deixou de ser uma atividade secundária para assumir o papel de regente da atividade econômica, com a propriedade de gerar novos postos de trabalho, quando o maior temor reside no crescimento do desemprego, principalmente no segmento industrial.

O Professor Almeida (1997, p.14) defende essa opinião quando diz que: “estamos caminhando, assim, com o desenvolvimento econômico, de uma sociedade industrial para uma sociedade produtora de serviços, fundada não na produção material, mas sim na produção do imaterial”.

Nas economias modernas, as atividades de serviços respondem por parcelas significativas da geração da renda; sua participação no PIB é crescente e já alcança cerca de 60%. Melo (1997) afirma que é possível verificar que os serviços adquiriram uma importância crucial no emprego e nas transações econômicas gerais, seja como atividade principal, seja como atividade secundária de apoio à produção manufatureira e agrícola quando são feitas análises estatísticas sobre o PIB, e se constata que aumentou a importância do setor serviços na economia mundial.

Os pontos principais que levam a esse resultado são a redução de emprego industrial, o relativo potencial de absorção de mão-de-obra “expulsa” do setor agrícola e a revolução tecnológica, além do crescimento da informalidade; a este último o presidente da Federação de Serviços do Estado de São Paulo, Luigi Nese, como evidencia Calais e Ferreira em seu artigo da Gazeta Mercantil (1998), se refere como sendo consequência direta dos encargos trabalhistas do país: “Por isso muitas empresas optam pela contratação de autônomos. Além

disso, surgem alternativas para fugir dos encargos, como a formação de cooperativas”. Mas o que acontece é que o Setor Serviços amorteceu o surto de desemprego que assola a Região; e, conforme o próprio Nese, este vai crescer a níveis altos nos próximos anos.

O fato é que, no final da década de 80 até o ano de 1997, o setor primário, a indústria e a construção civil, no Brasil, tiveram redução de 22,1% para 16,1% de seus empregos (MELO, 1997).

O crescimento do setor serviços pode ser explicado, então, pelo fato destes estarem presentes em todos os setores produtivos devido à grande participação da terceirização nas grandes empresas, embora esta se mostre inversamente relacionado com o vínculo empregatício, ou seja, quanto mais se terceiriza menos encargos são assumidos; não só por isso, mas pelas mudanças na demanda das famílias que passam a auferir maior renda, nas “necessidades crescentes de controle e coordenação resultantes da complexidade crescente” como explica Claus Offe (1994) e nas mudanças na preferência e na autonomia dos fornecedores de serviços para definir necessidades.

Foram os serviços, nesses últimos anos, os responsáveis pelo não agravamento, que seria ainda maior, da situação do desemprego no país e, principalmente, em Salvador. E, atualmente, engloba uma importante parcela da mão-de-obra urbana nele. É o setor que mais cresce na economia brasileira, e esta expansão do emprego está se dando tanto em termos absolutos quanto em relação ao próprio tamanho do setor.

## CLASSIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PELOS TEÓRICOS ECONÔMICOS

A discussão acerca da produtividade ou improdutividade das atividades de serviços vem mudando de perfil, mas não se finda; esta se repete ao longo de toda a história do pensamento econômico.

## A ANÁLISE DOS MERCANTILISTAS

As atividades de serviços eram caracterizadas como improdutivas desde o início dos estudos sobre economia; a começar pelos mercantilistas (final do século XVI e início do século XVIII), a grosso modo, mais primitivos que diziam que a economia era um ramo do conhecimento essencialmente voltado para o fortalecimento do Estado, afirmavam ser riqueza apenas os metais preciosos, e isso porque estes (ouro e prata) eram bens praticamente imperecíveis, daí poder estocar, acumular. Além de que, como não havia uma moeda de aceitação mundial, o ouro e a prata faziam as vezes da mesma por terem valor identificado em qualquer lugar. Eles diziam que só havia crescimento da economia com o acúmulo de saldos positivos na balança comercial<sup>1</sup>, saldos estes convertidos em aumentos das reservas nacionais de metais nobres. E isso só era possível porque existiam países com balanças desfavoráveis, ou seja, era um jogo de soma nula onde só um “comércio identificado à guerra poderia aumentar a riqueza de um país reduzindo, para isto e ao mesmo tempo, a riqueza dos seus infelizes parceiros comerciais” (ALMEIDA, 1997, p.6). Logo o protecionismo e o monopólio comercial são características marcantes desse período.

Mais tarde, essas idéias radicais foram sendo suavizadas, mas a crença essencial não mudou: só as atividades voltadas para a exportação deveriam ser consideradas como produtivas.

É possível encontrar economistas que questionem a produtividade dos serviços nos dias de hoje, mas que não podem deixar de explicar o incremento na renda, no investimento e no emprego gerado pelos serviços quando se analisa exemplos como a mega indústria hollywoodiana ou o crescimento do turismo internacional. Estes são capazes de dinamizar as economias de regiões ou países.

---

<sup>1</sup> Esse conceito foi usado pela primeira vez em 1613 pelo italiano Antônio Serra (XVI a XVII), um dos principais representantes do Mercantilismo.

## A ANÁLISE DOS FISIOCRATAS

Com os fisiocratas não foi muito diferente o discurso da improdutividade dos serviços.

É com a fisiocracia que a economia consegue o “status” de ciência. E é a primeira escola que formula uma teoria de liberalismo econômico, na qual o Estado deveria garantir apenas a propriedade privada e a livre concorrência. Combatendo, assim, as idéias intervencionistas da Escola Mercantilista e as barreiras feudais.

Seu principal representante era François Quesnay (1694 – 1774), filósofo autor da principal obra da escola “Tableau Économique” (quadro econômico), cuja primeira versão surgiu em 1758 e está perdida até hoje. A premissa em que se baseia seu discurso é a afirmação de que existe uma “ordem natural” para a sociedade, à semelhança da ordem que rege a natureza física.

Quesnay não se preocupa em abordar o setor terciário, pois, para ele e sua escola, este pertencia à classe estéril ou improdutiva da sociedade, que não criava um excedente ou produto líquido. Somente as atividades agrícolas e de mineração eram capazes de criar tal produto líquido. Eles eram fortemente influenciados pelas ciências naturais, que começavam a se desenvolver nesta época, e atrelaram a elas seu conceito de multiplicação de valor e riqueza que só era possível com a criação de nova matéria.

Os fisiocratas defendiam essas posições equivocadas, primeiro porque no final do século XVIII a ciência não havia explicado ainda a reprodução das plantas e dos animais, e acreditavam na geração espontânea de matéria; segundo porque a teoria fisiocrata era perfeita para os que tentavam justificar a hegemonia social e política da nobreza fundiária francesa, que estava ameaçada pela burguesia então em ascensão.

Saltam facilmente aos olhos as limitações de um conceito que atribui unicamente à agricultura a formação do excedente e que, via de consequência, considera como produtivo apenas o trabalho agrícola. Mesmo assim, hoje ainda há economistas falando em agricultura como sendo carro-chefe dos investimentos na atividade econômica.

## A ANÁLISE DA ESCOLA CLÁSSICA

O início da Escola Clássica inglesa de economia é identificado com a publicação, em 1776, do livro “Riqueza das Nações” de Adam Smith (1723 – 1790). Seu término também é datado pela publicação de outro livro: “Princípios de Economia Política” de John Stuart Mill, em 1848.

Schumpeter (1964), diz ser Smith pertencente ao final do período fisiocrata e não ao início do período clássico. Segundo ele, o período clássico da economia tem início com a publicação do “Ensaio sobre a População” de Thomas Robert Malthus, em 1798.

O que é interessante, nisso tudo, é o fato de que Smith se encontra preso ao conceito de riqueza que dominou tanto a Escola Mercantilista como a Fisiocrata; como está evidente no título de sua obra: “Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações”.

Embora preso a esse conceito, a posição de Smith sobre o que seja riqueza é totalmente diferente das idéias mercantilistas, mas um pouco mais próxima das idéias fisiocratas<sup>2</sup>. Para ele, a riqueza não está na quantidade de metais preciosos que uma nação possui e não apenas na produção agrícola, mas sim está na produção de bens, tanto agrícolas como manufaturados. Em relação ao setor terciário, ele vai caracterizá-lo no tipo de trabalho que ele chama de improdutivo por ser executado no mesmo instante em que é consumido, não gerando nenhuma mercadoria concreta; enquanto que produtivo ele diz ser a produção de alguma mercadoria (agrícola ou manufaturada):

“existe um tipo de trabalho que acrescenta algo ao valor do objeto sobre o qual é aplicado; e existe outro tipo que não tem tal efeito. O primeiro, pelo fato de produzir um valor, pode ser denominado produtivo; o segundo, trabalho improdutivo. Assim, o trabalho de um manufator, geralmente acrescenta algo ao valor dos materiais com que trabalha: o de sua própria manutenção e o lucro de seu patrão. Ao contrário, o trabalho de um criado doméstico não acrescenta valor algum a nada (...) O trabalho de algumas das categorias sociais mais respeitáveis, analogamente ao dos criados

---

<sup>2</sup> ALMEIDA (1997) diz ser apenas aparente esse avanço que Smith faz em relação aos fisiocratas, pois ele permanece preso aos fetiches da tangibilidade e da estocabilidade.

domésticos, não tem nenhum valor produtivo, não se fixando ou realizando em nenhum objeto permanente ou mercadoria vendável que perdure após encerrado o serviço, e pelo qual igual quantidade de trabalho pudesse ser conseguida posteriormente. O soberano, por exemplo, com todos os oficiais de justiça e de guerra que servem sob suas ordens, todo o Exército e Marinha, são trabalhadores improdutivos (...) Na mesma categoria devem ser enquadradas algumas das profissões mais sérias e mais importantes, bem como algumas das mais frívolas: eclesiásticos, advogados, médicos, homens de letras de todos os tipos, atores, palhaços, músicos, cantores de ópera, dançarinos de ópera, etc. (SMITH, 1996, p. 333, v. I).

A concepção dos fisiocratas, de classe produtiva e classes estéreis, está refletida no livro de Smith na forma de trabalho produtivo e trabalho improdutivo. Para ele e Quesnay, a classe dos serviços é considerada, logo, estéril ou improdutivo. Muito embora, no mesmo capítulo de sua obra em que Smith traz essa concepção de trabalho produtivo e improdutivo, ele afirma também que é produtivo todo trabalho pago com capital e não com renda; e é aí que ele, se desassociando da materialidade como requisito de produtividade, abre espaço, sem que se desse conta, para admitir a produtividade dos serviços ao menos os produzidos em bases capitalistas.

Embora o predomínio fosse de economistas ingleses nesta época, foi um francês que redefiniu o papel do setor terciário na economia. Jean Baptiste Say (1767 – 1832), considerado como mero vulgarizador das idéias de Smith na França, avançou em relação ao próprio Smith na análise do setor improdutivo ou estéril. Em seu “Tratado de Economia Política” de 1803, Say, a exemplo de Smith, acredita que a riqueza esteja na produção, mas, no entanto, supera o próprio Smith ao afirmar que a produção não se limita a bens concretos criados pela agricultura ou manufatura. E atribui o caráter produtivo ao bem útil.

“A produção não é, em absoluto, uma criação de matéria, mas uma criação de utilidade. A produção não se mede, de maneira alguma, pelo comprimento, volume ou peso do produto, mas pela utilidade que lhe foi dada.” (SAY, 1983, p. 68).

Entretanto, Say fica longe de alcançar uma concepção imaterial do capital:

“De natureza dos produtos imateriais, resulta que não se poderia acumulá-los e que eles não servem para aumentar o capital nacional (...) Seu capital não receberia nenhum acréscimo direto de todo o trabalho dos homens industriais, porque seus produtos seriam consumidos à medida que fossem criados”. (SAY, 1983, p. 126).

Na Inglaterra, Thomas Robert Malthus (1766 – 1834) desenvolve um raciocínio bem menos radical ao de Smith dizendo que todo trabalho que incrementa a riqueza nacional é produtivo, mas uns mais que outros, uma vez que ele diz ser riqueza a soma de coisas tangíveis e intangíveis. Ele diz ser essa a única alteração a fazer no trabalho de Smith. Sua posição, contudo, tem as mesmas limitações da de Say: ele é incapaz de reconhecer a existência de um capital imaterial e, por consequência, da possibilidade de uma acumulação de ativos intangíveis.

David Ricardo (1772 – 1823) segue o mesmo raciocínio. Ele também distingue produto (ou valor criado) e riqueza. Defende, também, a idéia de que produto é processo (fluxo) e riqueza é excedente acumulado em forma material. Logo, ele afirma que, se todo trabalho é produtivo, só os que resultam em matéria servem ao incremento da riqueza de um país. Ricardo, Say ou Malthus, contudo, não têm razão, pois a riqueza nacional recebe a participação de forma intangível, como, por exemplo, o conhecimento, que é uma riqueza intangível que pode ser acumulada.

Friedrich List (1789 – 1846), um dos pais do protecionismo industrial, recupera a idéia de que as artes ou a educação também são parte das “forças produtivas”; seguindo o caminho de Say, ele avança muito mais numa concepção muito próxima do que, no século XX, se chamará de “capital humano”. Logo reconhece o caráter produtivo do trabalho que não gera objetos materiais; e mais que isso, diz que estes são ainda mais produtivos que os que produzem tangíveis, pois eles geram forças produtivas para a realização da indústria de bens físicos. Enquanto que, nessa discussão da produtividade dos serviços, o inglês John Stuart Mill (1806 – 1873), exceção entre os clássicos, recua 70 anos, revivendo as duas teses de Smith e diz só ser produtivo o trabalho que gera tangíveis, e improdutivo o trabalho pago com renda e que não produz lucro.

## A ANÁLISE DE MARX

Marx tem uma visão clara e objetiva acerca desse assunto. Ele constrói sua posição em cima da crítica feita à primeira tese de Smith e no apoio dado à segunda tese do autor do Riqueza das Nações.

Numa primeira consideração feita por Marx, ele diz não ter nada a ver a produtividade ou improdutividade de uma atividade com um trabalho resultando um bem físico. A discussão não estaria sob esse foco. Para considerar uma atividade produtiva ou não, nos moldes capitalistas, é necessário identificar se há ou não produção de mais-valia.

Esclarecido isso, ele prossegue sua análise apoiando-se na segunda tese que Smith apresenta em sua obra, onde ele diz que é produtivo todo trabalho pago com capital e não com renda. Ora, Marx defende completamente essa afirmação, pois, como ele justifica, é produtivo todo trabalho assalariado contratado por empresas ou empresários com o objetivo de produzir lucros, porque nesse sistema o que importa é a produção de mais-valia.

Marx, todavia, se complica ao querer identificar as atividades improdutivas. Ele classifica improdutivo as atividades que estão fora do sistema capitalista, e diz que, no capitalismo, são improdutivas as atividades autônomas, remuneradas com renda; e aí ele abre um parêntese e fala também das atividades que no capitalismo são necessárias, mas que em outra sociedade não seriam, como a justiça civil, o comércio e atividades financeiras em sentido estrito. É o que ele chama de falsos custos.

Na realidade, a discussão sobre os serviços em Marx não é dada muita importância, pois em sua época esse segmento era secundário no cenário econômico. E só ganha notoriedade entre os marxistas, devido o seu crescimento que eles chamavam de “hipertrofia espúria” resultando na putrefação do sistema.



## A ANÁLISE DOS NEOCLÁSSICOS

Os neoclássicos acompanham de perto o crescimento do setor serviços em sociedades urbanizadas e industrializadas, por serem estudiosos da virada do século.

Na obra de Walras (1834 – 1910), escrita em 1874, onde ele revive a idéia de capital humano seguindo o caminho aberto por Say e List, já se fazia notar a diversificação da técnica de produção através da introdução de novas tecnologias que alteraram a concepção dos capitais como geradores de rendimentos, bem como o conceito de trabalho produtivo e improdutivo.

Já Marshall vai mais além, e mostra que o progresso econômico cria novas necessidades, evidenciando o incremento da produção de serviços. Reconhecendo a importância crescente das atividades de serviços, não só como “auxiliares da produção”, mas como geradoras de um produto em si. Logo, eles reafirmam explicitamente o caráter produtivo dos serviços.

Schumpeter explica que o trabalho não é um produto, e sim um meio de se chegar a ele; portanto, ele afirma, de maneira implícita, que qualquer serviço resultante do trabalho é produto. Para ele, a produção é sempre o resultado de uma “combinação” de forças produtivas materiais ou imateriais. Uma concepção de serviços produtivos no sentido mais estrito.

## A ANÁLISE DE KEYNES

Keynes admite a posição de que toda a atividade que implica uma remuneração é útil e produtiva. “As atividades terciárias são então consideradas nesses estudos, não apenas como gerando diretamente um produto, mas também sendo este passível de mensuração, como nas demais atividades, embora correspondam a um fenômeno que se consome no próprio ato de produção” (KON, 1992).

O ponto de discussão que se assinala em Keynes, em relação à sua posição quanto ao setor terciário, reside na afirmação feita por ele do caráter “local” da produção dos serviços. Ele achava que o comércio exterior perderia importância no futuro porque as novas tecnologias

provocariam o que se chama de processo de substituição de importações e porque eles não se prestavam às trocas internacionais.

É sabido que esta é uma visão errada, a não ser que se negue o extraordinário crescimento do seu comércio nas últimas décadas, cujas taxas de crescimento têm superado sistematicamente as de crescimento do comércio de mercadorias.

### A ANÁLISE MODERNA DE CLARK E FISHER

Somente com os estudos de Allan G. B. Fisher, economista inglês, com seu *The Clash of Progress and Security* de 1935; e de Colin Grant Clark, australiano, conhecido pelos estudos em Contabilidade Nacional, com *The Conditions of Progress and Security* de 1940, a partir, portanto, das décadas de 30/40 que o foco dos estudos sobre o setor terciário se deslocou do caráter produtivo/improdutivo e se voltou para as características do próprio setor, cuja conclusão que se chega é que uma nova sociedade se desenvolve no seio da atual sociedade industrial.

De um modo geral, eles identificam, na Lei de Engel, o início da formulação de suas teses. Pois, a Lei de Engel relacionava a renda familiar com a alimentação. Engel percebeu que ao aumentar a renda das famílias, estas aumentavam seus consumos com alimentos, mas de uma maneira não proporcional a esse aumento da renda, ou seja, o consumo crescia, mas crescia menos que a renda. E deduziu que o desenvolvimento econômico, cada vez menos, dependia do incremento da produção agrícola no PIB de um país.

Com base nessa Lei de Engel, eles explicam o desenvolvimento dos ramos produtores de serviços, uma vez esses sendo classificados pela microeconomia como bens superiores, por se observar que seu consumo é crescente mais que proporcionalmente ao incremento da renda; ao passo que a agricultura e a indústria tenderiam a perder peso relativo na formação do Produto Social.

## 2.3 DEFINIÇÕES OPERACIONAIS

Este item inicia-se com uma tentativa de delinear uma abordagem mais atual para o setor terciário ou de serviços, dada a evolução dos conceitos ao longo do tempo. Mas defini-lo é uma tarefa um tanto quanto complicada devido à imensa variedade de atividades pertencentes ao setor, que o caracterizam como um setor muito heterogêneo. Uma conceituação bastante simplista é a de que o setor terciário é o setor dos serviços. Foi Clark quem introduziu esta nova expressão para designar as atividades terciárias, pois, segundo ele, esta nomenclatura seria mais adequada para expressar a grande variedade das atividades que compõem o setor (MELO, 1998).

Mesmo assim, não há um consenso sobre qual nomenclatura utilizar. Alguns autores utilizam o termo “terciário” enquanto outros usam “serviços”. Mas o setor terciário ou de serviços vem a ser definido pelos autores, em muitos trabalhos desenvolvidos sobre o assunto, a partir de um conceito “negativo” ou “por exclusão”, em que os serviços são atividades que não pertencem nem ao setor primário e nem ao setor secundário, possuindo em comum a característica de não produzirem bens.

A grande parte dos estudos desenvolvidos sobre o setor considera que, ao contrário da produção de bens físicos (ou tangíveis), os serviços são caracterizados como intangíveis (imateriais), porque desaparecem no momento da sua produção; simultaneamente ocorrem os processos de fornecimento (oferta) do serviço e o seu consumo. Além disso, possuem a qualidade de não serem estocados. Segundo Oliveira [197?], na produção terciária, os seus produtos ou o resultado da aplicação da força de trabalho resultam em produtos imateriais, sem corporaneidade, chamados de serviços. Entretanto, apesar dessas expressões de intangíveis e imateriais, estas são características que podem ser contestadas, pois alguns serviços possuem uma base material (livros, CDs, programas de computador, bilhetes de transporte, etc.).

Quando se é proposto fazer uma divisão das atividades econômicas em setores, supõe-se que será dada uma distinção clara e não ambígua destes. Mas com essa abordagem, não se consegue chegar a uma definição operacional dos serviços; de fato, a distinção entre industria

e serviços é pouco pertinente, pois ambos os setores se desenvolvem beneficiando-se mutuamente. Conforme notava Theodore Levitt (apud TÉBOUL, 1999, p.18):

“Milhões de brocas (de furadeiras) de um centímetro de diâmetro são vendidas não porque os consumidores querem brocas de um centímetro, mas porque eles querem orifícios de um centímetro”.

Segundo Leonard Berry (apud TÉBOUL, 1999, p.19), um produto é um objeto, um aparelho, uma coisa, enquanto que o serviço é um ato, um fornecimento único. E de acordo com a definição apresentada por C. Grönroos, em *Service Management and Marketing* (apud TÉBOUL, 1999, p.20):

“Um serviço é uma série de atividades que normalmente acontece durante as interações entre clientes e estruturas, recursos humanos, bens e sistemas do fornecedor, com fins de atender a uma necessidade do cliente”.

Este relacionamento pode ser facilmente aplicado, através de uma analogia rápida, para se alcançar uma definição de serviços ao produtor. Logo, os serviços produtivos, em geral, são serviços auxiliares ao processo produtivo, demandados especialmente pelas empresas do setor industrial. Os serviços produtivos estão associados à questão da terceirização, em que contratam-se serviços de terceiros para executarem serviços que antes eram realizados no interior da indústria.

O consumo de serviços ao produtor intermediário sempre existiu na história da economia; inicialmente de forma mais essencial tal como na distribuição, financiamento ou seguro de bens industriais, e depois de forma mais complexa quando as empresas começaram a terceirizar as tarefas que elas efetuavam internamente, mas que não tinham ligação direta com a linha de produção dos seus bens finais, tais como a consultoria jurídica, a publicidade, a informática, o projeto, a pesquisa, a limpeza, a segurança, dentre outros.

## **2 OS SERVIÇOS A PARTIR DA SUA LOCALIZAÇÃO**

### **CONSIDERAÇÕES GERAIS**

Depois de observar a existência e percepção dos serviços pelos estudiosos ao longo da história da economia, vamos agora dar atenção no fator localização que pode ser decisivo no desempenho deste setor.

É notável que a maioria de nós vive em cidades, onde se encontra a maioria dos empregos. Segundo Corseuil, se cada um dos indivíduos produzisse tudo o que consome e se não desejasse a companhia de outros, não precisaria existir cidades. Mas elas existem porque não somos auto-suficientes, e, por esta razão, trocamos mão-de-obra por outras mercadorias.

As cidades proporcionam uma enorme gama de bens e serviços para o consumo, e, conseqüentemente, até as pessoas cuja renda não varia diretamente do setor urbano são atraídas por elas. Morando em cidades, alcançamos um padrão de vida superior por tudo que ela pode nos proporcionar, mas somos obrigados a suportar maior poluição, crime, barulho e congestionamento.

Escolhemos, pois, as cidades para a realização destas trocas por ser nessa área urbana que as empresas se concentram para realizarem seus negócios.

É a economia urbana quem trata do estudo das escolhas de localização de empresas e famílias, explorando os aspectos espaciais dos problemas urbanos e das políticas públicas.

Problemas urbanos como pobreza, segregação racial, crime, congestionamento e poluição estão entrelaçados com as decisões de localização de famílias e empresas da seguinte forma: as decisões de localização contribuem para os problemas urbanos e estas influenciam as decisões de localização.

Mas se o estudo é das escolhas de localização, damos o nome de economia urbana e não economia de localização ou espacial porque a maioria da mão-de-obra mora em cidades, o que se traduz no fato de a maioria das análises de localização envolverem áreas urbanas; e estas, por sua vez, se definem como áreas que contém um grande número de pessoas em espaços relativamente pequenos, ou seja, uma área com uma densidade populacional relativamente alta.

A decisão de localização de empresas e famílias leva ao desenvolvimento das cidades, pois uma empresa vai escolher uma localização de forma que maximize seus lucros, e uma família vai escolher uma localização com maiores facilidades. Essas decisões geram, portanto, aglomerações de atividades que diferem em tamanho e estrutura econômica.

Corseuil aponta como um fator do desenvolvimento das cidades a vantagem comparativa, cujo princípio se baseia no custo de oportunidade, mas não devemos deixar de mencionar o custo com transporte. O comércio trará benefícios se os custos com transporte forem suficientemente pequenos com relação às diferenças de produtividade. Ele vai proporcionar o desenvolvimento de uma cidade comercial se houver economias de escala nos transportes; e assim, o custo por unidade por milha diminuiria quando o volume aumentasse, sendo mais barato transportar em grandes quantidades.

Os comerciantes decidem a localização e, com isso, causam o surgimento de cidades comerciais e a decisão das pessoas em morarem perto do mercado, para a economia de deslocamento; o que, por sua vez, valoriza o solo e essas mesmas pessoas decidem por ocupar menores espaços. Isso nos faz concluir que a densidade de população em torno dos mercados é mais alta que a densidade da população no restante da região; o que nos faz chegar ao próprio conceito de cidade já mencionado.

Com base nessas premissas, devemos, agora, tratar da importância da localização dos serviços na economia.

Assim como acontece com as atividades agrícolas e industriais, a localização dos equipamentos terciários<sup>3</sup> tende a considerar-se como extremamente relevante. Na verdade,

---

<sup>3</sup> Esta é uma expressão sinônima a serviços.

não pode deixar de fazer parte das concepções de desenvolvimento a produção e o seu crescimento, mas estes devem ser entendidos como instrumentos ou meios para atingir, da melhor maneira possível, os objetivos que seria disponibilizar bens e serviços básicos às populações em condições de acesso não-discriminatório. Logo, a decisão de localização dos equipamentos terciários será uma condicionante fundamental do desenvolvimento no que se possa verificar a não-discriminação da disponibilidade de bens e serviços básicos.

Lopes afirma que se deve atribuir um peso extremamente importante à acessibilidade, principalmente se for ponderada juntamente com o grau de dispersão destes equipamentos, uma vez que estes são substituíveis entre si quando da procura do desenvolvimento. E isso se torna mais importante na medida em que se observa que a racionalidade em termos econômicos e individuais se torna cada vez mais incompatível com a racionalidade desejada em termos sociais e coletivos.

As preocupações de otimização dos resultados à escala da iniciativa privada têm levado a procurar, nas economias de escala e nas economias externas resultantes da aglomeração, vantagens cujo pagamento em termos sociais é praticamente inevitável, pois a tendência para a concentração desses equipamentos com vistas a alargar a escala dos empreendimentos reduzindo o seu número é clara se não for acompanhada por medidas apropriadas de melhoria da acessibilidade pública, o que pode acarretar em formação de grupos populacionais mais deficientes e, por conseqüência, numa redução dos níveis de desenvolvimento real.

Por outro lado, é óbvio que não se pode exigir uma dispersão exagerada de certos equipamentos terciários, principalmente quando estes representam investimentos financeiros vultosos sem que o seu índice de utilização siga necessariamente na mesma proporção.

Ao escolher esses aglomerados, será levada em consideração a acessibilidade, o que desde já pode descartar alguma hipótese levantada de ocupar um lugar muito desejado, pois o levantamento (ou a verificação) da acessibilidade tende a ser mais favorável em direção das áreas mais desenvolvidas. A acessibilidade é muito importante, alerta Lopes, pois é através da sua determinação que se passa a existir a probabilidade de ultrapassar o nível mínimo de procura do bem ou serviço na iniciativa privada, assim como ultrapassar, também, o nível de utilização mínima dos equipamentos disponibilizados pelo investimento público.

Assim, se diz que os interesses tendem a convergir para a localização dos serviços em lugares centrais, ou aglomerados populacionais, que garantam à iniciativa privada volumes mínimos de procura compensadores e aos investimentos públicos níveis de utilização que os justifiquem.

### A TEORIA DOS LUGARES CENTRAIS (CHRISTALLER)

Mesmo no dia-a-dia, existe a possibilidade de se observar formações de estruturação: tanto numa área rural, onde se encontram aldeias, sede de conselho e uma capital de distrito que, de certo, exibem uma organização hierárquica; quanto numa área urbana, onde, fazendo um paralelo, se observa o mecanismo tomando como unidades o quarteirão, o bairro ou a própria cidade. Em todos os exemplos, existe a possibilidade de nomear um determinado espaço de “centro” que é onde as atividades são exercidas de forma a se tornarem acessíveis equiparadamente à toda população. É visto que um local que possui um estabelecimento que fornece um serviço de ordem superior, necessariamente, oferece serviços de ordem inferior a este sem que haja, com isso, qualquer tipo de conflito, pois cada um desses serviços possui objetivos e públicos distintos.

Essa estruturação confirma a necessidade das funções ou serviços de se localizarem em centros, conforme observa Lopes; centros estes que devem estar posicionados de tal forma a disponibilizarem seus produtos igualmente à toda sua região complementar, que é assim denominada a sua área de atuação, a qual seus serviços se destinam. Sendo aceitável, então, o fato de que os serviços menos utilizados ou de ordem superior tenha um maior grau de dificuldade de acesso, mas ainda assim, como sua área complementar vai abranger outras áreas de ordem inferior, estes serviços devem estar posicionados de forma também central com relação a estas áreas. O que é possível observar é que os serviços de ordem superior, por serem menos procurados, terá, por natureza do próprio serviço, uma distância bastante razoável de um outro estabelecimento que ofereça os mesmos serviços, pois estes devem estar distribuídos de modo que atinjam pelo menos o mínimo nível que compense a iniciativa privada ou o investimento público de investir em sua implantação. Logo, esses serviços serão sempre disponibilizados em locais onde há maior população, pois o mínimo de vendas será melhor assegurado quanto maior for o centro. É possível deduzir que todas essas



preocupações com relação ao tamanho do local, à distância entre empresas de mesmos serviços e à quantidade delas existentes estão diretamente ligadas com os princípios reguladores da oferta e da demanda por bens e serviços.

Foi Christaller (CHRISTALLER,1933 apud LOPES,[19\_]) quem primeiro desenvolveu a teoria com que se pretende justificar a dimensão, a distribuição e o número de centros; e o fez com apoio nos princípios reguladores da procura e oferta tendo em conta que a explicação vai resultar da maneira como a maximização do lucro, preocupação do empresário, vier a se conciliar com a minimização do esforço e do custo, que é preocupação do comprador. Vai decorrer daí os dois conceitos básicos de sua teoria já determinados sob as designações de limiar da procura – que significa o mínimo da procura que justifica a iniciativa da oferta de um bem ou serviço, e de alcance do bem ou serviço – que diz respeito à distância e ao custo máximo que o comprador está disposto a pagar para efetivar a aquisição.

Ao construir seu modelo, Christaller recorre aos seguintes pressupostos e hipóteses, onde admite que:

- a população se distribui no espaço de forma homogênea, e considera esse mesmo espaço como isotrópico, ou seja, as distâncias entre duas quaisquer localizações contíguas são iguais; em conseqüência, a ocupação humana processar-se-ia segundo um padrão triangular que garante a existência de distâncias iguais entre os compradores mais próximos;
- a oferta se localiza espacialmente num sistema de “pontos”: lugares centrais;
- a procura dos bens e serviços oferecidos nesses “pontos” é assegurada pela população que vive neles e pela população da região complementar dele;
- os bens e serviços são de ordens de importância variáveis, avaliáveis a partir da frequência com que são necessários; e, em princípio, considera de ordem mais elevada os que mais raramente são procurados;
- a ordem dos bens e serviços oferecidos num centro está associada à própria ordem de importância do centro para cuja medida propõe o conceito de centralidade;
- e que um centro desempenhando funções de ordem superior desempenha também as de ordem inferior a estas.

O modelo proposto por Christaller se baseia na estrutura de centros do Sul da Alemanha onde a sua centralidade é determinada por um índice calculado sobre a utilização do telefone podendo destacar grandes “ordens” de centros a que atribuiu letras associadas aos nomes utilizados na tipologia alemã em ordem decrescente quanto à sua importância, conforme explicita Lopes. Assim ficou determinado que os lugares mais importantes e centrais de ordem superior teria a referência da letra “L” (Landeszentrale), as inferiores imediatas teriam a letra “P” (Provinzialhauptorte), as imediatamente inferiores a estas últimas atribuiu a letra “G” (Gaubezirk), depois a letra “B” (Bezirkshauptorte), e a de menor importância ainda com a letra “K” (kreisstädtchen), em seguida a letra “A” (Amtsstädtchen), “M” (Marktflecken) e por fim a letra “H” (Hilfszentrale orte) para determinar os lugares menos importantes.

Na explicação do seu modelo, Christaller admitiu que o número de lugares centrais das sucessivas ordens hierárquicas se dispõe em progressão geométrica de razão 3, em condições de acessibilidade que permitam que as populações não percebam diferenças ou maiores dificuldades uma com relação à outra de adquirir o bem ou serviço. Dentro das hipóteses do modelo, o alcance deve ser coerentemente com um distanciamento médio entre os lugares centrais. O que, empiricamente, foi verificado no Sul da Alemanha é que a paisagem em maior extensão conduz a configurações hexagonais para as regiões complementares.

Isso pode ser observado na figura 3.1:

Figura 3.1 – A paisagem dos lugares centrais.

Fonte: CHRISTALLER, 1933, p.66 apud LOPES, [19\_].

De certo, em alguns dos lugares “M” serão aptos a exercerem funções de ordens mais elevadas, pelo fato de ali estar localizado um centro “B” ou até mesmo um centro “G”.

Pode-se observar que se admite menor distanciamento entre centros de ordem inferior ou de funções essenciais, pois num único bairro existem varias ruas, as quais precisam ter acesso ao serviço de forma não-discriminatória. Quando se trata de centros de ordem superior, espera-se que estes estejam ainda mais distanciados. Dessa forma, fica fácil deduzir o alcance dos centros de ordem superior e o respectivo distanciamento que, na prática, encontrou correspondência estreita com as observações de Christaller para o Sul da Alemanha.

É possível notar que o arranjo espacial a que se chegou corresponde, por um lado, ao mínimo de centros de serviços que podem instalar-se num espaço isotrópico e, por outro lado, assegura correspondência entre a oferta e a procura. Daí que Christaller o aponte como associado a um princípio de organização em termos de mercado que aceite a configuração geométrica regular, impõe de forma rígida a observância de certas regularidades, tais:

- qualquer centro de ordem superior tem na sua dependência centros de ordem imediatamente mais baixa, além de desempenhar também as funções que pertencem a esses centros;
- a região complementar de um centro é partilhada em partes iguais pelos três centros de ordem superior mais próximos.

As regularidades subjacentes implicam a existência de uma proporção fixa ( $k$ ) entre o número total de centros de certa ordem e os de ordem imediata. Na representação empírica evidenciada por Christaller foi admitido  $k=3$ , em que domina o princípio de mercado, mas ele admite que esse valor, em outras circunstâncias, pode variar.

Verdadeiramente, como observou Lopes, o arranjo espacial determinado pela regularidade de  $k=3$  oferece o máximo de possibilidades de escolhas de centros para aquisição dos bens e serviços dentro de condições de minimização do esforço para os atingir, ou seja, a população percebe iguais condições no que tange a facilidade para se obter os bens e serviços desejados; mas Lopes constatou que não oferece, em termos gerais, possibilidades de otimização na utilização das vias de tráfego que, da forma exposta por Christaller, devem ter traçados retilíneos, especialmente se tratando de espaços isotrópicos e também servir o maior número de lugares intermediários ao unirem dois centros de ordem superior.

Devendo ser respeitados os conceitos de limiar da procura e do alcance de um bem ou serviço e também preocupados com o estabelecimento do número mínimo de centros a serem estabelecidos, o arranjo tem sempre que ser hexagonal; mas a otimização no uso das vias de tráfego precisará impor uma rotação no sistema até ele poder assumir a forma necessária para a otimização ser alcançada, como o fez Lopes.

Figura 3.2 – Princípio de tráfego.

Fonte: LOPES, Simões [19\_], p.226.

Somente após este ajuste é que os comprimentos das vias se tornam os mais curtos, ao mesmo tempo, que a ligação de dois centros de determinada ordem se faz servindo os de ordem inferior a estes.

Note-se que, com este caso, ao descer na hierarquia, para um centro de determinada ordem, juntam-se, agora, três novos centros de ordem imediatamente inferior, sugerindo uma regularidade que deve ser expressa numa progressão geométrica de razão 4 ( $k=4$ ). Logo, se com o princípio de mercado, a região complementar de um centro se podia considerar constituída pelo equivalente a uma regularidade com progressão geométrica de razão 3, no caso do princípio de tráfego, assim, pode se considerar formada pelo equivalente à regularidade com progressão geométrica de razão 4, acima observada.

Uma outra situação, ainda, pode exigir ao arranjo espacial uma nova configuração da organização, implicando dizer que o sistema necessitaria de novo ajuste. Se houver a preocupação de organizar o espaço de acordo com princípios político-administrativos, vai existir alguma dificuldade pelo fato dos centros terem regiões complementares que são partilhadas por centros de ordem superior (LOPES, [19\_]).

Se a organização for no sentido da região complementar de um centro de determinada ordem pertencer totalmente a apenas um centro de ordem superior imediata, então o arranjo hexagonal sofrerá um ajuste de tal forma que, neste caso, a região complementar deste centro de ordem superior se considere equivalente a sete regiões complementares de ordem imediatamente inferior, o que quer dizer que a regularidade vai atingir, agora, uma progressão geométrica de razão 7, conforme o princípio organizativo adotado.

Figura 3.3 – Princípio político-administrativo.

Fonte: LOPES, Simões [19\_], p.227.

Os três modelos, que foram apresentados agora, estão baseados sempre no conceito de limiar da procura e de alcance do bem ou serviço; podendo por isso se afirmar que estes modelos têm um suporte básico de natureza econômica que Christaller exigiu para a formação das suas estruturas teóricas, como foi observado por Lopes.

O que é possível observar em comum nos três modelos construídos por Christaller, como ressalta Lopes, é que:

- em todos os casos, e teoricamente, é exigido uma hierarquia na qual se observará uma seqüência rígida de centros, seja ela na regularidade com progressão geométrica de razão 3, 4 ou 7;
- a hierarquia fica associada à “ordem” dos bens e serviços que os centros oferecem;
- os consumidores levam a sua procura ao centro mais próximo que disponha dos bens desejados; e entre um centro de ordem inferior e um de ordem superior preferirão este último, pois ele terá a área de influência com um certo número de áreas de influência de centros de ordem inferior.

Tem-se, então, apresentada a Teoria dos Lugares Centrais de Christaller. A rigidez destas conclusões tem sido a fonte das críticas mais comuns a ele. No entanto, a verificação empírica não tem negado consistência à teoria, a começar pelas próprias observações feitas por Christaller; se bem que maior flexibilidade tenha que ser admitida.

### **3 EXPLICAÇÕES PARA O CRESCIMENTO DO SETOR SERVIÇOS, PRINCIPALMENTE NO RAMO DE SERVIÇOS PRODUTIVOS**

#### **CONSIDERAÇÕES GERAIS**

Seja nos países desenvolvidos ou nos países em desenvolvimento, o crescimento do setor serviços é uma tendência verificada, e que está associado ao aumento na geração de produto e da participação do emprego no total dos ocupados. O estudo do crescimento do setor serviços como importante gerador de empregos em diferentes economias (desenvolvidas ou em desenvolvimento), se dá a partir de diversos contextos econômicos, sendo que nas economias mais desenvolvidas, ele está ligado a temas como a desindustrialização e pós-industrialização, enquanto que nas economias em desenvolvimento, as preocupações estão mais centradas nos temas de sub-emprego e crescimento do setor informal (DIAS, 1998), sendo estas últimas verificadas, sobretudo, na América Latina.

A partir dessas óticas, a da “pós-industrialização” e a do “crescimento espúrio”, será feita uma análise do crescimento do setor terciário, citando também outras abordagens que servem para explicar a expansão deste setor, direcionando-se mais para o caso dos países desenvolvidos: a “doença de custos” e a “Lei de Engel”. Assim como a dinâmica de empregos no país, decorrente do ciclo de desaquecimento e recuperação da atividade econômica e das mudanças estruturais significativas ocorridas após a abertura e estabilização econômica, também será abordada como justificativa para o crescimento do setor.

#### **A CORRENTE PÓS-INDUSTRIALISTA**

Fisher e Clark desenvolveram a teoria do modelo de três setores, e como resultado dos seus estudos surgiu a corrente pós-industrialista (ANDRADE, 1995). Clark afirmava que a expansão das atividades industriais era uma etapa que antecedia a etapa da expansão dos serviços, e que era preciso percorrer todas as etapas para se chegar ao desenvolvimento. Assim, a primeira etapa seria aquela correspondente ao setor primário, seguida da próxima



etapa que seria do setor secundário e, após passar por estes dois estágios, a dinâmica da economia estaria caminhando em direção à terceira etapa, representada pelo setor terciário. Uma sociedade, nesta etapa do desenvolvimento, teria como predominância o trabalho em serviços, caracterizando-se como uma sociedade pós-industrial.

De acordo com os pós-industrialistas, o crescimento do setor serviços na geração de empregos e produto resultaria do processo de construção de uma “sociedade de massa”, o que estava associado à idéia de consumo de serviços finais. Esta corrente considera que há uma substituição da indústria pelos serviços e explica o crescimento do emprego no setor terciário devido a queda no emprego industrial, resultante das novas tecnologias que elevam a produtividade ao mesmo tempo em que reduz a necessidade de mão-de-obra, que por sua vez tende a buscar oportunidades no setor serviços.

No entanto, algumas críticas são feitas a esta corrente<sup>4</sup>: a primeira delas está no fato de que a corrente pós-industrialista não leva em conta a relação existente entre os setores serviços e industrial, pois considera que a indústria é substituída, como centro de dinamismo da economia, pelo setor de serviços.

O que ocorre é que a indústria vive um processo de reestruturação, e o crescimento do terciário está associado a uma relação de complementaridade com a indústria e não apenas de substitutibilidade; a modernização da indústria, através do progresso técnico, leva o terciário “moderno” a acompanhá-la. A segunda crítica refere-se à grande importância que os pós-industrialistas dão aos serviços finais em detrimento dos serviços produtivos. Com base na primeira crítica, considera-se que a indústria não perdeu importância em relação ao setor serviços, graças à relação de complementaridade existente entre ambos. Então, deve ser levado em conta o fato de que os serviços produtivos têm importância frente ao crescimento do setor terciário, pois estes são auxiliares ao processo produtivo industrial.

---

<sup>4</sup> Maiores detalhes ver Dedecca e Montagner (1992) e Andrade (1995).

## A CORRENTE DO CRESCIMENTO “ESPÚRIO”

Esta abordagem sobre o crescimento do setor terciário vai tratar do processo de terciarização ocorrido nos países da América Latina, devido às características do seu acelerado processo de urbanização, ao aumento da participação do setor público e ao processo de industrialização (insuficiente e tardia), incapaz de absorver o excedente de mão-de-obra existente nos centros urbanos. Este excedente se deriva, em parte, ao êxodo rural, pois o processo de industrialização não foi acompanhado por mudanças na estrutura agrária (DEDECCA, 1992) e nem pela homogeneização do processo produtivo, o que deixou um grande excedente populacional à margem da modernização das atividades produtivas, fato este que contribuiu para a expansão do emprego no setor terciário da América Latina.

Esta expansão do emprego no setor serviços é “(...) tomada como uma expressão dos limites da industrialização” (BRANDÃO; FERREIRA, 1992, p.19), levando ao crescimento espúrio das atividades terciárias, já que o desenvolvimento industrial não foi capaz de gerar postos de trabalho em quantidades que permitissem a absorção deste excedente de mão-de-obra.

Desse modo, observa-se que o setor terciário dos países latino-americanos está associado a função de “depositário do excedente de mão-de-obra”, que por sua vez, está relacionado com a absorção de pessoal desqualificado e ligado ao setor informal, e que foi excluído das atividades produtoras de bens, ou seja, dos segmentos dinâmicos da economia.

O economista da escola cepalina, Aníbal Pinto, afirma que, devido à má-formação estrutural das economias latino-americanas, estas apresentam uma terceirização espúria. Para ele, o emprego no terciário se deve ao desemprego agrícola e/ou industrial (apud FRANCO, 1997, p.140).

Esta terciarização “espúria” tem relação com o inchaço do setor terciário, que está ligado à marginalidade. Marginalidade que “(...) é caracterizada a partir de vários indicadores como baixo nível de produtividade e de remuneração, intermitência no emprego, autonomia quanto à vinculação empregatícia – em suma, falta de participação efetiva na estrutura ocupacional da economia capitalista moderna” (KON, 1992, p.51). Em oposição a essa idéia, Francisco de Oliveira afirma que o incremento do setor serviços, através da absorção dessa força de

trabalho, em termos absolutos ou relativos, faz parte do modo de acumulação urbano adequado à expansão do sistema capitalista; não se estaria, portanto, em presença de nenhum “inchaço” nem de um segmento marginal da economia (OLIVEIRA apud KON, 1992, p.51).

No entanto, o crescimento do setor serviços da América Latina não pode ser visto somente a partir da corrente do crescimento espúrio, pois este setor nos países latino-americanos apresenta uma certa dualidade, em que coexistem: um setor “atrasado”, cujas atividades guardam relações com as atividades tradicionais e/ou informais, importantes como absorvedoras de mão-de-obra; e outro setor “moderno”, cujas atividades estão relacionadas ao setor industrial. Conforme Andrade (1995), nos países latino-americanos, muitos autores já consideram a relação indústria-serviços na discussão sobre o papel do setor terciário, mas que depende muito do grau de industrialização alcançado por cada economia.

#### OUTRAS ABORDAGENS SOBRE O CRESCIMENTO DO SETOR TERCIÁRIO

A literatura econômica internacional também analisa o crescimento dos serviços nos países desenvolvidos a partir de duas hipóteses: a primeira refere-se ao paradoxo conhecido na literatura como “doença de custos”, e a segunda faz referência a “Lei de Engel” (MELO, 1997 e 1998). A análise do crescimento dos serviços com base na “doença” (idéia que foi desenvolvida por Baumol) parte da premissa de que há diferenças de produtividade entre os setores. O setor industrial caracteriza-se pela produtividade mais elevada em relação ao setor terciário, haja vista que aquele está mais sujeito a modernização e ao uso de inovações tecnológicas que propiciam aumento da produtividade. Ocorre que no setor industrial, devido sua produtividade mais alta, os salários são maiores, enquanto que os preços tendem a cair, pois seus produtos estão sujeitos à maior concorrência. Já os serviços, apesar de menor produtividade com relação à indústria, tem salários aumentados, visto que os salários tendem a ser homogêneos. Isso leva ao aumento do preço dos serviços e, como estes são inelásticos quanto à demanda, à medida que a renda aumenta, a demanda por serviços tende a aumentar, favorecendo o crescimento do setor e do seu nível de emprego.

A segunda hipótese refere-se à Lei de Engel. Esta mostra que, a medida que a renda aumenta, a demanda por serviços também aumenta, supondo-se que a elasticidade-renda da demanda

por serviços seja maior que a unidade. Dessa forma, os serviços são vistos como bens superiores quanto à renda. Esta hipótese supõe que com a elevação da renda, as pessoas primeiramente vão aumentar a demanda por produtos primários, depois por produtos industriais e, finalmente por serviços, sendo que a demanda por serviços será maior que pela demanda por produtos oriundos dos outros dois setores da economia.

Estas hipóteses podem ser contestadas, pois a condição de bem superior não necessariamente é aplicada aos serviços, desde que o aumento da renda pode levar alguns indivíduos a “dispensar” alguns serviços, passando a adquirir certos produtos industriais. Por exemplo: a compra de uma máquina de lavar roupa pode substituir os serviços da lavanderia ou lavadeira. No entanto, pode haver uma relação de complementaridade entre indústria e serviços, em que a produção de um bem industrial requer a prestação de alguns serviços (GADREY apud MENEZES, 1997). Um exemplo dado em Menezes é esclarecedor: a compra de um carro (que é um bem industrial) requer a compra de um seguro (que é um serviço). Mas, nestes casos, deve ser considerada a questão da preferência de cada indivíduo, pois cada um tem necessidades diferentes, portanto, a escolha por um serviço ou por um produto industrial vai depender da preferência e do nível de renda das pessoas.

## A DINÂMICA DE EMPREGO

O grau de flexibilidade do mercado de trabalho brasileiro é motivo de grande debate. Por um lado, se fala na rigidez de custos imposta pela legislação à folha de pagamentos das firmas, nas limitações à livre negociação entre firmas e trabalhadores e no crescimento da informalidade como resposta a essas restrições; por outro lado, se fala na capacidade de criação e destruição de postos de trabalho por parte das firmas, bem como no grau de rotatividade da força de trabalho.

Uma área de estudos associou este grau de flexibilidade com a capacidade dos estabelecimentos produtivos em criar e/ou destruir novos postos de trabalho, ou seja, realocar mão-de-obra e ganhou grande atenção a partir dos anos 90 com o uso de bases de dados sobre empresas, nos Estados Unidos e Europa. A referência básica é Davis, Haltiwanger e Schuh (1996). Para maior compreensão do grau de flexibilidade do mercado de trabalho sobre essa

ótica, será verificado o seu comportamento nos últimos anos e como seu padrão pode ser diferenciado entre firmas, em diferentes tamanhos, setores de atividade ou regiões geográficas.

Para se ter uma idéia de como são as mudanças no número de trabalhadores em uma unidade local, foram calculadas medidas de persistência da criação e destruição de emprego e “foi observado que a taxa de sobrevivência de empregos criados em um determinado ano – 1997 – foi de aproximadamente 84% no ano seguinte – 1998” (CORSEUIL, 2002).<sup>5</sup>

A hipótese de que no Brasil o grau de flexibilidade alocativa é alto e os custos fixos para a abertura de empresas são baixos é reforçada pelos impressionantes números da criação de empregos dos microestabelecimentos (até quatro funcionários) recém-criados. Estes novos postos de trabalho responderam por mais de um quinto do emprego médio da classe no ano de expansão (1997) e robustos 17% no ano de retração (1998). Números bem maiores do que em outros países, principalmente os desenvolvidos. Logo, o efeito líquido de entrada e saída de estabelecimentos foi maior do que o efeito líquido da expansão e contração de estabelecimentos já existentes e que se mantiveram em atividade para praticamente todas as categorias de tamanho em 1997. e essa diferença parece ser maior nas empresas medias e pequenas (CORSEUIL, 2002).

O conjunto de firmas analisadas, quando repartidas em setores, observa-se que o setor serviços é o que responde pela maior parte do pessoal ocupado, em torno de 33% do emprego médio anual, seguido pela administração pública com 23% e pela indústria de transformação com 21% do emprego.

---

<sup>5</sup> Cálculos feitos pelo próprio autor. Fonte: Cadastro de Empresas (Cempre) do IBGE, 1996, 1997 e 1998.

Tabela 4.1 – Criação e Destruição de Emprego no Brasil por Setor de Atividade – 97/98

(Em %)

Setor	Criação por nascimento	Criação por expansão	Destruição por contração	Destruição por falência	Criação de emprego total	Destruição de emprego total	Varição líquida do emprego
1997							
Agrícola	13,45	14,07	14,80	6,33	27,52	21,13	6,40
Serviços	8,39	10,22	9,87	5,11	18,61	14,97	3,63
Const.Civil	10,96	22,54	22,54	8,88	33,49	31,43	2,06
Comércio	14,77	12,00	10,83	8,70	26,78	19,53	7,25
Adm. Pública	3,41	5,81	6,74	1,20	9,22	7,94	1,28
Indústria	8,73	9,78	12,53	5,97	18,51	18,51	0,00
1998							
Agrícola	11,71	11,55	16,14	8,62	23,26	24,76	-1,50
Serviços	6,82	10,74	9,46	7,38	17,56	16,84	0,72
Const.Civil	9,39	20,25	25,15	9,73	29,64	34,88	-5,24
Comércio	11,51	11,22	10,76	10,60	22,73	21,36	1,37
Adm. Pública	2,76	8,72	3,37	5,06	11,48	8,43	3,05
Indústria	6,79	8,90	14,07	8,84	15,69	22,91	-7,22

Fonte: Cadastro de Empresas (Cempre) do IBGE, 1997 e 1998.

Ao investigar a criação e destruição de empregos por região geográfica, tem-se que a divisão do pessoal ocupado segue a distribuição do PIB, com uma tendência dos estados mais pobres ocuparem mais pessoas relativamente do que sua fração no produto. Em outras palavras, os estados mais pobres parecem ser menos produtivos.

Tabela 4.2 – Criação e Destruição de Emprego no Brasil por Região – 97/98

(Em %)

Estado/Região	Criação por nascimento	Criação por expansão	Destruição por contração	Destruição por falência	Criação de emprego total	Destruição de emprego total	Variação Líquida do emprego
1997							
<b>Norte</b>	<b>15,23</b>	<b>10,92</b>	<b>12,10</b>	<b>5,00</b>	<b>26,15</b>	<b>17,10</b>	<b>9,05</b>
<b>Nordeste</b>	<b>8,34</b>	<b>9,72</b>	<b>11,64</b>	<b>4,36</b>	<b>18,06</b>	<b>15,99</b>	<b>2,07</b>
Bahia	9,33	12,64	11,03	2,85	21,98	13,88	8,10
<b>Sudeste</b>	<b>7,89</b>	<b>9,66</b>	<b>10,79</b>	<b>5,30</b>	<b>17,55</b>	<b>16,09</b>	<b>1,46</b>
<b>Sul</b>	<b>8,72</b>	<b>9,86</b>	<b>8,97</b>	<b>5,19</b>	<b>18,58</b>	<b>14,17</b>	<b>4,41</b>
<b>Centro-Oeste</b>	<b>8,87</b>	<b>12,22</b>	<b>7,95</b>	<b>5,19</b>	<b>21,09</b>	<b>13,14</b>	<b>7,95</b>
1998							
<b>Norte</b>	<b>6,81</b>	<b>16,17</b>	<b>8,38</b>	<b>9,42</b>	<b>22,98</b>	<b>17,80</b>	<b>5,19</b>
<b>Nordeste</b>	<b>6,81</b>	<b>11,13</b>	<b>9,53</b>	<b>9,32</b>	<b>17,94</b>	<b>18,85</b>	<b>-0,91</b>
Bahia	7,75	12,29	9,29	7,75	20,04	17,05	2,99
<b>Sudeste</b>	<b>6,55</b>	<b>9,85</b>	<b>10,72</b>	<b>7,29</b>	<b>16,40</b>	<b>18,01</b>	<b>-1,61</b>
<b>Sul</b>	<b>7,58</b>	<b>9,44</b>	<b>9,37</b>	<b>7,78</b>	<b>17,02</b>	<b>17,15</b>	<b>-0,13</b>
<b>Centro-Oeste</b>	<b>6,79</b>	<b>11,54</b>	<b>7,56</b>	<b>7,07</b>	<b>18,33</b>	<b>14,62</b>	<b>3,70</b>

Fonte: Cadastro de Empresas (Cempre) do IBGE, 1997 e 1998.

Em 1997, a Bahia foi um dos estados que teve participação relativamente alta da morte de firmas na rotatividade (taxa de destruição menor que 10%); e participação superior a 60% da criação de empregos sobre a rotatividade. Já em 1998, a taxa de destruição superou 20% e, conseqüentemente, se observou menor participação no nascimento de novas firmas.

Chama a atenção o alto grau de homogeneidade territorial das taxas de realocação bruta de emprego. De todos os estados do Brasil, apenas cinco apresentam taxas de realocação bruta de emprego inferiores a 30%, e somente sete outros apresentaram taxas superiores a 35% (dentre estes pode-se encontrar o estado da Bahia); os demais estados variaram suas taxas no intervalo de 30% a 35%.

## A REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

Foi observado, então, na Bahia, que o nível de rotatividade do emprego atinge uma taxa relativamente alta em consideração aos demais estados do território brasileiro, conforme mostram os dados do Cadastro de Empresas (CEMPRE) do IBGE.

Observando o mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador, é notado o expressivo crescimento do contingente de desempregados pelas atividades industriais, mas uma grande absorção pelo setor terciário.

A grande Salvador é a capital do desemprego, mas o ramo de serviços anda empregando bastante e principalmente os ligados à produção que aumentou nos últimos 10 anos 48% aproximadamente. Um outro motivo, além da ampliação dos serviços, que faz esse ramo se expandir e gerar emprego é a crescente terceirização; pois ao se mensurar produção de serviços para consumo intermediário se vê que, mundialmente, o que mais cresceu foi o consumo desse ramo.

Tomando como exemplo o preenchimento da declaração de imposto de renda pessoa jurídica (DIRPJ, 1997), fica traduzida a distribuição setorial em nível macroeconômico. O setor do comércio abriga 57,29% dos declarantes, seguido do setor serviços com 26,66%, a indústria com 14,59% e a agropecuária com 1,46% dos declarantes. Desmembrando essas informações, obtém-se a classificação dos declarantes em, aproximadamente, 18 setores da economia, onde os *serviços prestados às empresas* são a 4ª maior frequência registrada por setor econômico das pessoas jurídicas que se encontram enquadradas como microempresas.

O crescimento da participação desse setor na economia é notado, também, na arrecadação total do ICMS gerado na Delegacia de Salvador, cujo setor respondia em 1988 por 2,32% do total da arrecadação, e em 1994 respondeu por 21,57%<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Informações retiradas de uma tabela elaborada por Elizabete Loyola com base em dados da Secretaria da Fazenda – SEFAZ, na página 21 de seu artigo Entre o Barroco das Igrejas e o Pós-moderno dos Serviços: a Questão do Desenvolvimento da “Cidade da Bahia”, BAHIA Análise & Dados, Salvador, SEI, v.6, n.4, p.20-26, Mar./97.



O setor terciário tem se tornado a principal alternativa de absorção dos desempregados no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador, mas, ainda assim, não é suficiente para toda mão-de-obra proveniente não só dos outros setores, principalmente a indústria, como também dos jovens que atingem sua idade ativa e que se põem em busca do seu primeiro emprego.

Um fator agravante da situação do mercado de trabalho soteropolitano é o caráter das atividades oferecidas por este setor, que se apresentam como ocupação precária e de curta duração, com um grande índice de informalidade em sua totalidade. Chama a atenção o fato de que, na Região Metropolitana de Salvador, os setores do mercado de trabalho caracterizados por relações assalariadas formais entre trabalhadores e empregadores restringem-se aos setores da indústria e dos serviços produtivos, além de aos setores típicos da Administração Pública.

Com base nos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), a qual é um levantamento domiciliar contínuo desenvolvido pela SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia), pela SETRAS (Secretaria de Trabalho e Ação Social) e pela UFBA (Universidade Federal da Bahia), em convênio com a Fundação SEADE e o DIEESE, no período de janeiro de 2000 a setembro de 2001, foi feita a verificação da dinâmica de emprego na Região Metropolitana de Salvador, e quase todos os setores de atividade tiveram, neste período, um incremento no nível de ocupação em termos absolutos, embora a indústria, principalmente, venha reduzindo a sua participação relativa na absorção de mão-de-obra, representando 7,6% da população ocupada.

Enquanto a indústria vem sofrendo quedas sucessivas na capacidade de absorção de mão-de-obra ano a ano, o setor terciário tem mostrado, por outro lado, expressiva e crescente participação, se encontrando, no ano de 2001, com 75,6% dos ocupados na RMS, sendo que 16,8% representam o comércio e 58,8% representam os agregados serviços.

Grande parte desta ocupação ocorre pelo surgimento de novos postos de trabalho neste setor e que consiste em atividades que tem seu desempenho diretamente ligado às atividades industriais, devido ao fato de estarem conectadas ao processo produtivo. A expansão destas atividades é conseqüência da acomodação de trabalhadores oriundos do setor industrial e bancário, que perderam seus empregos em decorrência da automação e dos diversos processos

de reestruturação organizacional. Do total dos postos de trabalho criados entre 2000 e 2001, 76,6% pertencem ao setor agregado de serviços, sendo que 46,9% apenas nas atividades ligadas aos serviços produtivos.

O que é preocupante é que o mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador tem sofrido uma deterioração devido ao expressivo crescimento do desemprego e pela redução dos rendimentos da população que está ocupada; além de, não só nessa perda de capacidade da indústria em absorver mão-de-obra, como na expulsão desta, boa parte destes postos de trabalho exige uma maior formalização pela vinculação à CLT, assim como oferecem níveis salariais mais elevados, dando uma qualidade a este emprego bem acima daquelas oferecidas pelos setores de comércio e serviços.

Não devendo ser retirado o mérito do setor serviços em demonstrar capacidade de absorção da mão-de-obra. Ele que vem sendo o setor de atividade econômica responsável pela criação da maior parte dos novos postos de trabalho, mesmo que estes sejam pouco exigentes em qualificação da mão-de-obra, por outro lado, tem exercido o papel de conter o crescimento da taxa de desemprego da RMS, a qual tem percebido a maior taxa de desemprego entre todas as regiões metropolitanas onde a PED é realizada. O que faz ficar caracterizado o movimento de migração de trabalhadores da indústria para os serviços, e como consequência dos resultados verificados, observa-se uma flexibilidade com dispensa e contratação de mão-de-obra muito elevada ocasionando uma rotatividade de trabalhadores nessas ocupações.

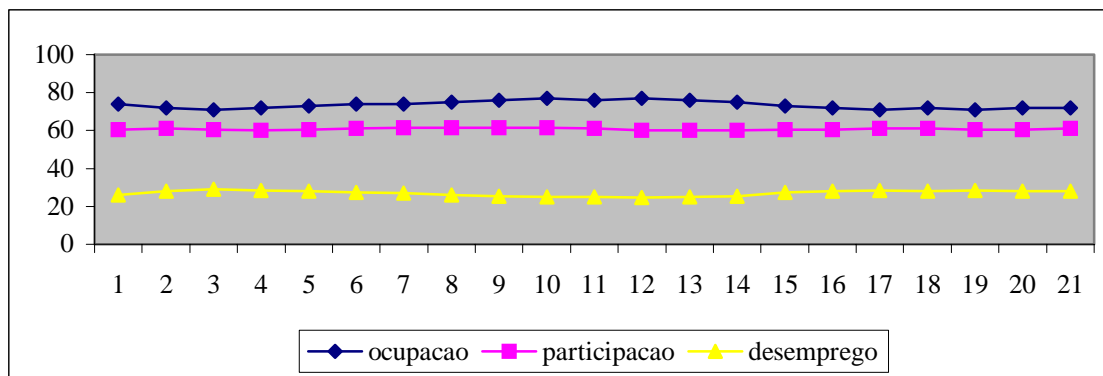


Gráfico 4.1 – Taxas de Ocupação, Participação e Desemprego – RMS jan/00-set/01

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Essa rotatividade vem acontecendo na RMS, produz novos postos de trabalho de qualificação inferior e baixos rendimentos que são ocupados, por sua vez, por trabalhadores de especialização indefinida e no exercício de diversas ocupações sem nenhuma perspectiva de ascensão profissional nem salarial.

Por causa da característica principal e indiscutível dos postos de trabalho do setor serviços na RMS, que é a precarização da mão-de-obra, ou mesmo falta de qualificação dos seus funcionários por definição do próprio cargo disponibilizado ou criado, é observada a precariedade dos mecanismos de proteção social com conseqüências negativas ao bem-estar familiar devido à grande insegurança em torno do emprego, principalmente por ser do setor privado. Essa fragilidade das relações de trabalho está explícita, em Salvador, no exemplo das empresas de call centers, onde a jornada de trabalho varia em torno de 4 ou 6 horas contínuas. Seus funcionários têm seus direitos e benefícios cada vez mais suprimidos em nome da produtividade, como no direito ao intervalo de 10 minutos em cada hora trabalhada e tickets de alimentação, onde no lugar destes, se tem 5 minutos de intervalo para quem trabalha 4 horas e 20 minutos para quem trabalha 6 horas, e a estes últimos uma autorização de lanche no valor aproximado de R\$2,30 por dia, em máquinas de sanduíches e refrigerantes fornecidos por empresas como a GR e LUIGGI, onde cada sanduíche custa R\$1,00 ou R\$1,25 e os refrigerantes e sucos custam R\$0,75 ou R\$1,10. Para permanecerem no cargo, os trabalhadores não têm direito de reivindicar.

Não há como negar que as transformações ocorridas na estrutura do mercado de trabalho apresentam a importância crescente do setor serviços na economia atual, mas a custos muito altos para a população ocupada nele.

## 4 CONCLUSÃO

O crescimento do setor serviços pôde ser evidenciado diante do que foi exposto ao longo deste trabalho, o qual foi elaborado, traçando um perfil do que é o setor serviços propriamente dito. Foi possível observar o seu comportamento ao longo da história do pensamento econômico na abordagem do papel deste setor na economia com a visão de cada teórico.

Ficou claro que para os mercantilistas as atividades de serviços eram caracterizadas como improdutivas, pois só seria riqueza, para eles, o ouro e a prata por serem imperecíveis e possíveis de estocar e acumular. E mesmo depois das suas idéias mais suavizadas, a crença essencial não mudou e eles continuavam a admitir que só as atividades voltadas para a exportação deveria ser consideradas como produtivas.

O principal representante dos fisiocratas, Quesnay, não se preocupa em abordar o setor terciário, pois, para ele e sua escola, este pertencia à classe estéril ou improdutiva da sociedade, que não criava um excedente ou produto líquido.

Adam Smith e a Escola Clássica vão caracterizá-lo no tipo de trabalho que eles chamam de improdutivo por ser executado no mesmo instante em que é consumido, não gerando nenhuma mercadoria concreta; enquanto que produtivo eles dizem ser a produção de alguma mercadoria (agrícola ou manufaturada).

Em Marx se observou também um descaso na abordagem deste setor por esse segmento estar em segundo plano em sua época, só ganhando notoriedade com os marxistas por ter sido a época em que houve crescimento do setor serviços, crescimento este que eles chamaram de “hipertrofia espúria” que resultava da putrefação do sistema.

Os neoclássicos acompanham de perto o crescimento do setor serviços em sociedades urbanizadas e industrializadas, por serem estudiosos da virada do século. Marshall vai mais além, e mostra explicitamente o caráter produtivo dos serviços.

Keynes admite a posição de que toda a atividade que implica uma remuneração é útil e produtiva. O ponto de discussão que se assinala em Keynes, em relação à sua posição quanto ao setor terciário, reside na afirmação feita por ele do caráter “local” da produção dos serviços. Ele achava que o comércio exterior perderia importância no futuro porque as novas tecnologias provocariam o que se chama de processo de substituição de importações e porque eles não se prestavam às trocas internacionais.

Com base nessa Lei de Engel, Clark e Fisher explicam o desenvolvimento dos ramos produtores de serviços, uma vez esses sendo classificados pela microeconomia como bens superiores, por se observar que seu consumo é crescente mais que proporcionalmente ao incremento da renda.

Foi feita uma tentativa de delinear uma abordagem mais atual para o setor terciário ou de serviços, dada a evolução dos conceitos ao longo do tempo. E a grande parte dos estudos desenvolvidos sobre o setor considera que, ao contrário da produção de bens físicos (ou tangíveis), os serviços são caracterizados como intangíveis (imateriais), porque desaparecem no momento da sua produção; simultaneamente ocorrem os processos de fornecimento (oferta) do serviço e o seu consumo. Além disso, possuem a qualidade de não serem estocados.

Com relação à localização dos serviços, foi possível observar que a decisão das empresas pela sua localização é considerada como extremamente importante e fundamental para o seu desenvolvimento e o da economia como um todo. Foi Christaller (1933) quem primeiro desenvolveu a teoria com que se pretende justificar a dimensão, a distribuição e o número de centros; e o fez com apoio nos princípios reguladores da procura e oferta tendo em conta que a explicação vai resultar da maneira como a maximização do lucro, preocupação do empresário, vier a se conciliar com a minimização do esforço e do custo, que é preocupação do comprador.

Os três modelos, que foram apresentados, estão baseados sempre no conceito de limiar da procura e de alcance do bem ou serviço; podendo por isso se afirmar que estes modelos têm um suporte básico de natureza econômica que Christaller exigiu para a formação das suas estruturas teóricas. A rigidez destas conclusões tem sido a fonte das críticas mais comuns a

ele. No entanto, a verificação empírica não tem negado consistência à teoria, a começar pelas próprias observações feitas ele próprio.

Enfim, as explicações encontradas para o crescimento do setor serviços foram baseadas na Corrente Pós-industrialista, que afirmava que depois do desenvolvimento da indústria era a vez do setor terciário se desenvolver; na Corrente do Crescimento Espúrio, que dizia que o setor terciário dos países latino-americanos está associado a função de “depositário do excedente de mão-de-obra”, que por sua vez, está relacionado com a absorção de pessoal desqualificado e ligado ao setor informal, e que foi excluído das atividades produtoras de bens, ou seja, dos segmentos dinâmicos da economia.

Mas, ao se observar a dinâmica de mercado brasileiro, concluiu-se que a rotatividade de emprego é intensa e responsável, em boa parte, pela notoriedade da capacidade do setor serviços em gerar novos postos de trabalho e amenizar a situação de desemprego gritante no país.

O setor serviços tem contribuído para que não se torne maior o nível de desemprego da Região Metropolitana de Salvador e se mostra como a melhor alternativa de absorção de mão-de-obra nestes últimos anos com o declínio da capacidade de gerar novos postos de trabalho observado nos demais setores, principalmente a indústria. Embora seja observado que apesar da criação de novos postos de trabalho, estes se apresentam com pouca exigência de qualificação dos trabalhadores e baixa remuneração, mas com exigência da multi-função dos seus empregados, exercendo mais de uma função sem que haja uma recompensa em termos monetários por este desdobramento; sem mencionar que a maioria destes postos de trabalho é desvinculado da CLT e, quando são, acabam por reprimir vários benefícios dos funcionários pela busca de uma maior produtividade, uma vez que esse setor é observado como um setor que devido à sua atividade, possui uma baixa produtividade pelo próprio conceito destas atividades.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Anna Luiza Ozorio de. Distribuição de Renda e Emprego em Serviços, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1976.

ALMEIDA, Paulo Henrique de. Produtividade e Improdutividade dos serviços na História do Pensamento Econômico, BAHIA Análise & Dados, Salvador, v.6, n.4, p.5-19, 1997.

ANDRADE, Mônica Viegas. Setor de Serviços Segmentado: o Moderno e o Tradicional, Força de Trabalho e Emprego, Salvador, v.12 n.1, jan/abr de 1995.

BARROS, Ricardo Paes de et al. A Estrutura do Emprego e a Qualidade dos Postos de Trabalho no Setor de Serviços, Rio de Janeiro, IPEA, 1997 (Seminários, 03).

BORGES, Ângela. As novas Tendências do Mercado de Trabalho Formal, BAHIA Análise & Dados, Salvador, v.6, n.3, p.73-82, 1996.

BRAGA, Thaiz Silveira. O Emprego na Região Metropolitana de Salvador – Transformações Conjunturais e Estruturais de 1990 a 1995, Força de Trabalho e Emprego, Salvador, v.13 n.2/3, mai/dez de 1995.

BRANDÃO, S.M.C.; FERREIRA, S. Setor Terciário: dificuldades para a sua definição. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação SEADE, v.6 n.3, p.6-24, 1992.

CALAIS, Alexandre e FERREIRA, Jorge. Setor de Serviços já Responde por 55% do PIB, Gazeta Mercantil, 14/07/1998, p.A-7.

CORSEUIL, Carlos Henrique et al. Criação, Destruição e Realocação do Emprego no Brasil, Rio de Janeiro, IPEA, 2002, (Texto para Discussão 855).

DEDECCA, Cláudio Salvadori. A questão da terceirização. Força de Trabalho e Emprego. Salvador: v.1, jan/abr, 1992.



DEDECCA, C.S.; BRANDÃO, S.M.C. Recessão, emprego e desemprego: as perspectivas em relação a este grave problema social. Força de Trabalho e Emprego. Salvador: v.10 n.2/3, mai/ago – set/dez, 1993.

DEDECCA, C.S.; MONTAGNER, P. Crise econômica e desempenho do terciário. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação SEADE, v.6 n.3, p.2-15, jul/set, 1992.

DIAS, Viviane Ventura. Nota sobre o crescimento dos “serviços às empresas”. In: Encontro Nacional de Economia. 16. São Paulo: 19898. Anais da AMPEC, São Paulo: 1988.

GIANESI, Irineu G.; CORRÊA, Henrique L.. Administração Estratégica de Serviços – Operação para a Satisfação do Cliente, São Paulo: Atlas, 1994.

HORTA, Maria Helena et al. Desempenho do Setor Serviços Brasileiro no Mercado Internacional, Rio de Janeiro, IPEA, 1998, (Texto para Discussão 600).

KON, Anita. A Produção Terciária – o Caso Paulista, São Paulo: Nobel, 1992.

LOPES, A. Simões. Desenvolvimento Regional, Fundação Calouste Gulbenkian, p.213-228, [19\_].

LOYOLA, Elizabete. Entre o Barroco das Igrejas e o Pós-moderno dos Serviços: a Questão do Desenvolvimento da “Cidade da Bahia”, BAHIA Análise & Dados, Salvador, v.6, n.4, p.20-26, 1997.

MANDELL, Paul. Economia Urbana, Brasília: UNB/Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 1999.

MELO, Hildete Pereira de et al. É Possível uma Política para o Setor Serviços?, Rio de Janeiro: IPEA, 1997, (Texto para Discussão 457).

MELO, Hildete Pereira de. O Serviço Doméstico Remunerado no Brasil: de Criadas a Trabalhadoras, Rio de Janeiro: IPEA, 1998, (Texto para Discussão 565).

MENEZES, Wilson Ferreira. Serviços: uma tentativa de caracterização e conceituação através da teoria dos custos de transação. Salvador: UFBA, 1997, 10p. (mimeo).

MENEZES, W.; FERNANDEZ, J.C. Ocupação e informalidade no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador. Conjuntura e Planejamento. Salvador: n.45, p.5-12, fev/98.

NORMANN, Richard. Administração de Serviços – Estratégia e Liderança na Empresa de Serviços, São Paulo, Atlas, 1993.

OFFE, Claus. Capitalismo Desorganizado, 2ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.

OLIVEIRA, Francisco de. O terciário e a divisão social do trabalho. Estudos Cebrap. São Paulo: Brasiliense, n.24, p.139-168, [197?].

PORTO, Edgard. A descentralização Espacial dos Serviços em Salvador, BAHIA Análise & Dados, Salvador, v.6, n.4, p.46-52, 1997.

SANTOS, Luiz Cateaubriand C. dos. Modernidade e Tradição: Mudanças Recentes na Estrutura Setorial do Emprego da RMS, BAHIA Análise & Dados, Salvador, v.8, n.2/3, p.46-52, 1998.

SAY, J.B. Tratado de economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SCHUMPETER, Joseph A. História da análise econômica. Rio de Janeiro: Aliança, 1964.

SERRA, Edelcique Machado. Evolução do Mercado de Trabalho e Perspectivas para 1999, BAHIA Análise & Dados, Salvador, v.8, n.2/3, p.53-56, Dez./98.

SMITH, Adam. A riqueza das nações. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

SOBRINHO, Edson A. S. O Mercado de Trabalho na RMS, BAHIA Análise & Dados, Salvador, v.11, n.3, p.54-60, Dez./01.

SOUZA, Frederico Fernandes de. Mercado de Trabalho na Bahia: alguns Aspectos de sua Heterogeneidade, Força de Trabalho e Emprego, Salvador, v.8 n.1/2, Jan/Ago de 1991.

TÉBOUL, James. A Era dos Serviços. Uma Nova Abordagem de Gerenciamento. Rio de Janeiro, Qualitymark, 1999.